

REQUERIMENTO DE CRIAÇÃO DE CPI Nº 002/2024

Requer a criação de Comissão Parlamentar de Inquérito, com a finalidade de investigar possíveis irregularidades em contratos para obras de pavimentação na cidade de Senador Modestino Gonçalves – MG.

Sr. Presidente,

Requeiro à Vossa Excelência, nos termos do **parágrafo XVº do artigo 72º da Lei Orgânica** – Compete privativamente à Câmara Municipal exercer as seguintes atribuições, dentre outras: Criar comissão parlamentar de inquérito sobre fato determinado e prazo certo, mediante requerimento de um terço de seus membros e do **parágrafo XVIº do artigo 7º Regimento Interno**: Criar Comissões Legislativas de Inquérito sobre fato específico, mediante requerimento de 1/3 (um terço) de seus membros; criação dessa Comissão Parlamentar de Inquérito destinada investigar as possíveis irregularidades atentatórias aos princípios constitucionais da legalidade, da moralidade administrativa e da economicidade nas obras de pavimentação, contratadas pela Prefeitura Municipal de Senador Modestino Gonçalves.

JUSTIFICATIVA

Destaca-se inicialmente que a presente comissão terá o objetivo de fiscalizar contratos de execução de obras de pavimentação realizados por empresas contratadas para prestação de serviços, licitadas pelo Executivo Municipal.

Considerando que nos últimos dias circula conversas no município de possíveis superfaturamento desses contratos; Nota-se no portal da transparência grande volume de contratos concentrado em poucas empresas; Devendo-se esclarecer todas as dúvidas da população referentes a gastos públicos, atuar em busca da transparência e ajudar a prevenir a corrupção e o mau uso dos recursos públicos; Com o intuito de buscar resposta e esclarecer tais fatos que são de extrema gravidade e merecem a apuração deste legislativo no legítimo exercício da função de fiscalização de obras e de recursos públicos impõe-se, por conseguinte, uma completa investigação, justificando-se plenamente a criação da COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO, respaldada pelas assinaturas que acompanham a proposta.

Sala das Sessões, em 02 de fevereiro de 2024.

